


Os limites e possibilidades da música nos anos iniciais do ensino fundamental

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.009-018>

Gilmeire Gottardi Silva Fialho

Mestranda em Educação – Logos University Internacional. Professora em escola pública no município de Goiânia- Go; Formação em Pedagogia e Letras-Português; Pós graduada em Psicopedagogia; Métodos e

Técnicas de Ensino, Gestão Pública e Gestão de Pessoas; Aperfeiçoamento em Autismo e Deficiência intelectual: saberes e práticas educacionais inclusivas.
E-mail: professoragilmeire@gmail.com

RESUMO

No contexto da organização curricular em nível nacional são várias as instituições que ainda encontram dificuldades para integrar o ensino da música no contexto educacional, dada a sua especificidade. O presente artigo é um recorte de uma pesquisa de mestrado na qual realizou-se um estudo sobre a prática pedagógica de professores no que tange à música no Ensino Fundamental. O campo de pesquisa foi uma escola municipal, localizada no município de Goiânia, Estado de Goiás, os sujeitos participantes foram: 01 gestor, 14 (quatorze) professores e 132 (cento e trinta e dois) alunos regularmente matriculados. O referido estudo, de natureza qualitativa teve os dados coletados por meio de uma entrevista estruturada, após aprovação do Comitê de Ética da Faculdade da Polícia Militar - FPM (CAAE: 61333922.4.0000.0145, Parecer nº 5.586.122) e a divulgação dos resultados foi autorizada pelos participantes da pesquisa, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Assentimento Livre Esclarecido. Constatou-se que a maioria dos professores não tiveram alguma disciplina sobre a Música na formação inicial. Os estudantes sinalizaram a reprodução de aulas centradas somente em atividades que envolvem as Artes Visuais, dados identificados através das entrevistas realizadas, fato que contribui com a fragilidade nas iniciativas da Secretaria Municipal de Educação no que tange ao processo de implementação do ensino da música nas escolas, haja vista a inclusão da música como conteúdo proposto para o ensino dessa disciplina.

Palavras-chave: Música na Escola, Prática Pedagógica, Formação de Professores, Ensino Fundamental.

1 INTRODUÇÃO

As tradições culturais de cada época sempre estiveram relacionadas à música. Nessa perspectiva, o que se observa é uma diversificação de gostos musicais que se firmam ao longo das mudanças ocorridas na sociedade. Desse modo, as propostas de ensino, especialmente nas instituições escolares necessitam considerar essa diversidade musical de modo que o aluno possa vivenciar na sala de aula, as alegrias da música. Isso supõe dizer que o acesso às obras musicais diversificadas contribui para a formação de indivíduos críticos e sensíveis.

Desde o século XIX a música sempre se fez presente nas escolas brasileiras. Ao contrário do que se propõe hoje a aprendizagem da música era pautada em elementos técnicos musicais, de uma maneira mais sistemática. No decorrer dos tempos, já no final da década de 1930 a maneira de conduzir a música nos espaços escolares foi mudando a forma.

Com a inserção da Lei nº 11.769 publicada no Diário Oficial da União em 2008, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) — nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e torna obrigatório o ensino de música no ensino fundamental e médio. De acordo com a referida Lei, todas as escolas Públicas e particulares do País devem inserir a música em sua estrutura curricular.

Esta pesquisa tem o objetivo de investigar a maneira pela qual se configuram as práticas pedagógicas de professores que atuam na docência dos anos iniciais no Ensino Fundamental, no âmbito das bases legais e curriculares que orientam o ensino da música como conteúdo obrigatório nas escolas.

A música na escola abrange questões históricas, cognitivas, conceituais, físicas e sociológicas, servindo como porta de entrada para profundas e fundamentais discussões sobre como oferecer uma educação musical adequada. São muitos os desafios até que se concretize a inserção da música na escola como ferramenta para o desenvolvimento pleno das crianças e dos jovens.

Diante do exposto é possível compreender a necessidade do envolvimento de todos os profissionais da educação, para fortalecer cada vez mais as práticas pedagógicas que possam apresentar a música como um laboratório privilegiado para o desenvolvimento das mais diversas habilidades.

2 METODOLOGIA

O presente artigo é um recorte de uma pesquisa de mestrado na qual realizou-se um estudo sobre a prática pedagógica de professores no que tange à música no Ensino Fundamental. O campo de pesquisa foi uma escola municipal, localizada no município de Goiânia, Estado de Goiás, os sujeitos participantes foram: 01 gestor, 14 (quatorze) professores e 132 (cento e trinta e dois) alunos regularmente matriculados. O referido estudo, de natureza qualitativa teve os dados coletados por meio de uma entrevista estruturada, após aprovação do Comitê de Ética da Faculdade da Polícia Militar - FPM (CAAE: 61333922.4.0000.0145, Parecer nº 5.586.122) e a divulgação dos resultados foi

autorizada pelos participantes da pesquisa, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Assentimento Livre Esclarecido.

3 A MÚSICA E SUAS CONCEPÇÕES

A música na Educação Infantil é utilizada em diversos momentos. Para que a criança reconheça os sons organizados e utilize a voz como instrumento. Alguns produtos importantes da música são: composições, improvisações e interpretações. A música é um poderoso recurso educativo, uma importante fonte de estímulos. Dessa forma os fatos musicais devem levar ações como: comportamentos motores, gestuais, expressões corporais. De acordo com o Referencial Curricular Nacional,

A música é uma das importantes formas de expressão humana, o que por si só justifica sua presença no contexto da educação. Sendo assim o trabalho da música na Educação Infantil, contribuiu para melhorar o desempenho na aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento cognitivo, linguístico, psicomotor e socioafetivo da criança. E assim descobrir quais os métodos mais eficaz e utilizado pelos educadores nas escolas (Brasil, 1998, p.45).

Pode também trabalhar a musicalização num processo de ensino e aprendizagem, tornando o ambiente escolar mais receptivo, alegre e que todas as crianças possam estudar em harmonia. A música é cada vez mais usada para alfabetizar, auxiliando na construção do conhecimento e explorando a diversidade cultural. Nesse sentido é importante inserir música nas brincadeiras na Educação Infantil, assim se tornará mais interessante. Quando o docente iniciar conteúdos em meio a música as crianças estarão aprendendo de forma divertida.

No campo educacional, a música é um ótimo recurso de distração e divertimento, resultando em construção de conhecimentos. De acordo com o PCNs (1997, p.76), qualquer proposta de ensino que considere essa diversidade precisa abrir espaço para o aluno trazer música para a sala de aula. Dessa forma, permite que o aluno construa hipóteses e sinta-se livre para se expressar da melhor forma possível.

Jeandot (1993), diz que as crianças gostam de acompanhar as músicas com movimentos do corpo, tais como palmas, sapateados, danças, voleios de cabeça, mas, inicialmente, é esse movimento bilateral que irá realizar. Através dessa relação de gestos, som, ao ouvir, cantar, imitar, dançar que a criança constrói seu conhecimento sobre a música. Quando começa a ter contato com objetos, logo começa a comunicar-se com o mundo sonoro.

Snyders (1997, p.29) diz que “a pedagogia moderna da música soube desenvolver instrumentos e procedimentos bastante simples para que os alunos realizem construções pessoais”. Existem diversas formas para que haja um bom desenvolvimento dos alunos através da inserção da música. Sendo assim, quando eles estiverem envolvidos nesse meio musical vão aprender sem mesmo perceber.

Quando constroem seus instrumentos musicais, as crianças despertam o desejo de explorá-los musicalmente. Existem inúmeras variedades de instrumentos musicais que as crianças podem confeccionar sozinhas, com a orientação do docente em sala de aula.

Neste sentido pode-se dizer que a música é um fator muito positivo, que contribui no desenvolvimento da criança, na formação da personalidade, no equilíbrio para que vivenciem suas experiências musicais por meio da linguagem e assim auxiliando na inteligência e habilidades motoras.

O ensino e a aprendizagem sendo viabilizados pela introdução de repertório musical, não significa de fato ensino de música, mas uma estratégia que atinge o aspecto sensorial no fazer escolar, permitindo também a valorização da cultura, a depender das músicas que serão utilizadas nesses momentos de aprendizagem. Nesse sentido, todas as disciplinas do currículo são beneficiadas pela música. Diante disso, sabe-se que são comuns, em encontros realizados com profissionais da área de educação musical, discussões acerca da ausência nas escolas, de professores com formação específica. Tal fato, pode resultar de condições estruturais e conjunturais.

Penna (2002) contribui com essa discussão, quando propõe questionamento acerca da maneira como a educação musical tem se comprometido com a música na escola de educação básica, entendendo-se compromisso no sentido de um empenho coletivo em ocupar esse espaço escolar, em buscar propostas pedagógicas e metodológicas adequadas para esse contexto e suas necessidades próprias.

3.1 UM BREVE HISTÓRICO DA MÚSICA NO BRASIL

A música como é conhecida atualmente tem suas raízes em antigas civilizações e tem desempenhado, no decorrer da história, um importante papel no desenvolvimento do ser humano, tendo em vista os aspectos religiosos, moral e social; ela contribui para a boa formação humana e o exercício de cidadania.

O estudo etimológico da palavra “música” aponta para o termo do idioma grego – “Mousikê” – e designava, juntamente com a poesia e a dança, a “Arte das Musas”. O ritmo, denominador comum das três artes, resumia-se na música. Os gregos antigos e as demais civilizações de sua época atribuíam aos deuses toda a inspiração de criação e exercício da música; era definida como uma criação e expressão integral do espírito, um meio de alcançar a perfeição.

A partir dessa visão, os gregos tornaram a música uma arte que influenciava a maneira de pensar e de ser na sociedade. Desde a infância eles aprendiam o canto como algo capaz de educar e civilizar. O músico, na sociedade grega, era visto como o guardião de uma ciência e de uma técnica, e seu saber e seu talento precisavam ser desenvolvidos pelo estudo e pelo exercício da música.

Nesse contexto, o reconhecimento do valor formativo da música fez surgir, naquele país, as primeiras preocupações com a pedagogia da música. Assim, a música ultrapassou seus limites iniciais,



de cunho religioso e estético, puramente. Ela tornou-se uma disciplina escolar, um objeto de mestria, proporcionando a medida dos valores éticos; bem como, a boa formação do ser humano.

De forma gradativa, “mousike” passou a abranger tudo o que estava relacionado com o desenvolvimento da inteligência. Diante dessa realidade, para o cidadão receber uma educação musical não significava, apenas, aprender a tocar instrumentos musicais como, piano, violino, ou fagote, mas estudar a fundo todas as artes liberais, a escrita, a matemática, o desenho, a declamação, a física e a geometria, isso estava relacionado com “competência e desenvolvimento da inteligência - saber cantar num coro e tocar perfeitamente pelo menos um instrumento” (Loureiro, 2001, p. 36).

Com o desenvolvimento das sociedades, muitos conceitos foram se modificando e os próprios objetivos da aplicação da música nas atividades humanas, também sofreram profundas transformações. Na atualidade, a música confunde-se com a própria história de desenvolvimento da inteligência e da cultura humana. Segundo Jeandot (1993) a música é a linguagem do coração. Uma linguagem universal que envolve maneiras diferentes de tocar, cantar e organizar sons e tradições.

Nesse sentido, a música brasileira é uma mistura de origens, ela se formou a partir da mistura de elementos culturais e religiosos dos povos europeus, africanos e indígenas, reunidos pela colonização do Brasil no século XVI; esse processo se deu, inicialmente, pelos colonizadores portugueses e pelos nativos que habitavam o chamado novo mundo e posteriormente, pelos povos africanos, escravizados pela Colônia.

A partir do século XVII, começaram a formar irmandades de músicos, algumas integradas somente por negros e mulatos, irmandades que passaram a monopolizar a escrita e execução da música em boa parte do Brasil. Todavia, já na época da chegada dos portugueses no Brasil, estes europeus viam com espanto os costumes dos nativos e a maneira como eles faziam música: cantando, dançando, tocando instrumentos (chocalhos, flautas, tambores).

É importante destacar que houve uma segregação social, e conseqüentemente, musical, pois, até o início do século XVIII, a maior parte da música erudita era praticada apenas nos Estados da Bahia e Pernambuco, mas, no final desse mesmo século tem início uma fusão de diversos elementos melódicos e ritmos africanos que começam a delinear a identidade da música popular do Brasil, com uma sonoridade própria; isso foi se espalhando por todo o país e formou os primeiros nomes da música brasileira: clássico, romântico, nacional; modinha, choro, samba, entre outros.

Considerando a miscigenação cultural e étnica da nação brasileira, no que se refere às origens da música popular, suas raízes estão fincadas na cultura africana, mas na atualidade, seus diversos ritmos e sonoridades têm se ampliado e alcançado uma diversidade extraordinária, que apresenta uma infinidade de gêneros musicais, enriquecendo cada vez mais a cultura brasileira.

3.2 A MÚSICA E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Muitos estudos mostram que a música desperta estímulos cerebrais intensos ao corpo humano. Geram assimilação de novas informações e novas aprendizagens. Mesmo o professor não tendo formação musical, pode realizar cursos e programas como a formação continuada, assim aprenderá metodologias que vão auxiliá-lo na prática em sala de aula, quando o assunto for música.

Dentre as necessidades das professoras para a realização de suas práticas pedagógico-musicais, a maioria destaca que a formação musical recebida não foi suficiente. Elas desejam ter conhecimento musical mais aprofundado, o que poderia trazer, segundo seus depoimentos, mais segurança para a realização de seu trabalho, melhorando sua prática (Diniz, 2005, p. 95).

Desse modo percebe-se que é importante a inserção da música em meio à educação. São positivos os ganhos que traz com esse trabalho, nos quais os benefícios são diversos, aulas mais diversificadas, saindo da rotina e proporcionando uma aprendizagem significativa.

Sendo assim, os professores podem fazer um estudo sobre metodologias referente à música, na formação continuada. Para que aprendam a levar isso para a sala de aula e proporcionar aos alunos uma aprendizagem mais divertida, descontraída e com bons resultados. É importante que o professor tenha em mente que o processo de construção de conhecimento do aluno é contínuo. Deve envolver o perceber, o sentir, o experimentar, o limitar, o criar e refletir. Colocando o ensino da música em meio às atividades de forma interdisciplinar, proporcionando assim uma formação integral.

A música é resultado das inúmeras experiências e reflexões sobre músicas de civilizações diversas com a inserção de diversos indivíduos que se apaixonaram por fazer, cantar, compor música dentro de diferentes culturas. Envolvendo assim o universo infantil, onde a música se faz presente na vida cotidiana e nos remete a experiências e vivências particulares de cada pessoa. Desde os primeiros anos de vida o indivíduo participa desse universo musical, isso influencia a vida e marca uma cultura.

Silva (2010, p.16) diz que a música pode contribuir para tornar o ambiente escolar mais alegre e favorável à aprendizagem, propiciar uma alegria que seja vivida no momento presente e isso é a dimensão essencial da pedagogia, e é recompensado por esse ambiente. Entende-se então, que quando a música é inserida no ambiente escolar resulta numa aprendizagem prazerosa. E a recompensa que o professor tem é de ver que está funcionando essa inserção da música na escola.

Assim, a criança tem sempre esse universo musical a sua volta. Quando os professores inserem em meio às aulas não causa estranhamento pois já estão acostumadas com esse ambiente cheio de música. Diante do exposto, é possível perceber o que a música desperta nos alunos, na percepção deles ao conhecer melhor a cultura e criando o gosto pelo saber. Possibilita um melhor desenvolvimento e os objetivos propostos são alcançados obtendo melhores resultados.

A música vem atendendo a vários propósitos no dia a dia da Educação Brasileira, segundo concepções pedagógicas que vigoram atualmente no país. Atividades que despertam, estimulam e desenvolvem o gosto pela atividade musical como: ouvir música, aprender uma

canção, brincar de roda, realizar brinquedos ritmos, jogos de mãos, também atendem a necessidades de expressão que passam pela esfera afetiva, estética e cognitiva, aprender música significa integrar experiências que envolvam a vivência, a reflexão e a percepção, encaminhando-as para níveis cada vez mais elaborados (Soler, 2008, p.18).

Desse modo, a música vem trazendo várias finalidades que trazem somente ganhos aos alunos. É importante despertar no aluno o interesse, trabalhando de maneira que busque sua curiosidade, como inserindo em meio às aulas objetos que chamem a sua atenção, podem até ser confeccionados pelos próprios alunos para que ocorra uma aprendizagem significativa. A questão da inserção da música sempre está ligada a cultura, e em meio a educação é importante que o docente busque da melhor maneira possível diversificar. Pois a música sendo bem trabalhada possibilita um melhor aprendizado.

Cabe ao docente buscar diversas estratégias para que o trabalho com a música seja significativo, procurando sempre inovar em suas aulas. Para isso, é importante que no ato do planejamento seja pensado o que irá colocar em prática.

3.3 MÚSICA E ENSINO DE ARTE NO BRASIL: RELAÇÕES EXISTENTES

Ao longo da história a música tem representado um papel indispensável no processo de desenvolvimento humano em todos os aspectos. De acordo com Loureiro (2001) a palavra música vem do grego —Mousikê e designava, juntamente com a poesia e a dança, a — Arte das Musas. O ritmo, denominador comum das três artes, fundia-as numa só. Como nas demais civilizações antigas, os gregos atribuíam aos deuses sua música, definida como uma criação e expressão integral do espírito, um meio de alcançar a perfeição.

Vale considerar que o Brasil passou, nas últimas décadas, por várias reformulações em inerentes à legislação escolar. Nessa perspectiva, ganha destaque a Lei de Diretrizes e Bases da Educação- nº. 5.692/71 que naquela ocasião, já preconizava a obrigatoriedade da educação artística no então ensino de 1º e 2º graus.

A referida lei, que ultrapassa os 50 anos de promulgação orientava a atuação de professores de Educação Artística, muitas vezes sem nenhuma experiência e nem preparo específico. Nesse contexto, o professor atuava como orientador de todas as linguagens artísticas, o que conseqüentemente comprometia a qualidade no ensino, especialmente dessa disciplina.

Subtil (2012) faz uma reflexão sobre esse momento histórico indagando como e por que num contexto autoritário, que excluía a reflexão filosófica e política, que impedia a livre manifestação e expressão, que encarcerava, torturava e extraditava seus artistas, ao mesmo tempo tornava obrigatória a — educação artística nas escolas. A autora lança mão da seguinte hipótese:

Uma das hipóteses seria a de que a arte, uma área historicamente ligada ao exercício da liberdade e da expressão criadora, deveria manter-se sob controle, tornar-se um instrumento a favor da conservação e dos objetivos desenvolvimentistas apregoados pela ditadura militar. Evidentemente, a obrigatoriedade da educação artística veio revestida de um discurso centrado

no desenvolvimento individual dos educandos, embasada num caráter técnico-científico e com um planejamento rigoroso que escamoteava a crítica e a contradição. Pode-se perguntar a essa altura, passados quarenta anos: qual a importância de trazer à tona essas questões? (Subtil, 2012, p. 13).

De fato, podem não ser tão produtivos esses questionamentos uma vez que após essa lei, outras bases legais foram instituídas de modo a valorizar a disciplina de Arte no Currículo Escolar. No entanto, considerar obrigatório o Ensino da Educação Artística em pleno regime militar significava atender às demandas da área, que por intermédio de debates teóricos colocou em pauta a livre expressão e a criatividade que são elementos indispensáveis e indissociáveis do contexto artístico. Em geral a carga horária semanal era mínima: apenas uma hora semanal, ou quarenta horas anuais, fato ainda observável até em escolas consideradas referência.

A Lei 5.692/71 contribuiu expressivamente para a elaboração da nova LDB, nº. 9.394/96 e que de certo modo refletiram nas DCNs bem como nos PCNs que trouxeram como conteúdos específicos a Música, o Teatro, a Dança e as Artes Visuais. Como se pode observar, vários foram os fatores que contribuíram para o ensino da música no Brasil, incluindo os métodos disseminados na Europa e que chegaram até o Brasil. Tais métodos utilizavam a percussão, os jogos, as rodas cantadas.

Os PCNs destacam a ideia da importância do ensino e aprendizagem da Arte, afirmando que:

Desde o início da história da humanidade a arte sempre esteve presente em praticamente todas as formações culturais. O homem que desenhou um bisão numa caverna pré-histórica teve que aprender, de algum modo, seu ofício. E, da mesma maneira, ensinou para alguém o que aprendeu. Assim, o ensino e a aprendizagem da arte fazem parte, de acordo com normas e valores estabelecidos em cada ambiente cultural, do conhecimento que envolve a produção artística em todos os tempos. No entanto, a área que trata da educação escolar em artes tem um percurso relativamente recente e coincide com as transformações educacionais que caracterizaram o século XX em várias partes do mundo (Brasil, 1997, p. 20).

Os anos 1980 e 1990 foram marcados por discussões acerca da situação das artes em geral e da Educação Musical no Brasil. Professores se organizam em encontros nacionais de fomento à pesquisa, em associações, para discutirem um novo rumo para o ensino das artes. É a partir dos anos de 1980 que surge um movimento nacional em prol do ensino das artes que se multiplica pelo país por meio de encontros, seminários e eventos promovidos junto a universidades, com o intuito de conscientizar e organizar os profissionais da área: o movimento de Arte-Educação. Configuram-se então novas propostas para o andamento da ação educativa em arte.

Nesse período vários documentos foram encaminhados ao MEC com o objetivo de fortalecer o ensino da Arte, trazendo de volta para a sala de aula, professores especialistas, tendo em vista a especificidade da disciplina.

Oliveira (2007) destaca a realização do Simpósio Nacional Sobre a Pesquisa e a Pós-Graduação em Música (SINAPPEM), sendo o primeiro realizado na Paraíba em 1987 e a criação das associações da área de música no final do século XX – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em

Música, a Associação Brasileira de Educação Musical, além da Associação Brasileira de Etnomusicologia como elementos contribuíram para o desenvolvimento da educação musical no país.

Músicos de várias nacionalidades ofereceram propostas para a educação musical que ainda suscitam discussões e reflexões em função dos elementos apresentados para o desenvolvimento musical de crianças, jovens e adultos. Tais propostas, que também podem ser identificadas como — métodos de educação musical, são aplicadas ainda hoje em diversos contextos educacionais.

Nesse percurso histórico do ensino de Arte no Brasil são visíveis as diferentes orientações inerentes à finalidade da Arte, especialmente no que tange às políticas educacionais, o que inclui a formação e atuação docente. O ensino dessa disciplina sempre foi marcado por uma visão filosófica e humanista que demarcou definitivamente as abordagens escolanovista e tradicionalista.

A disciplina Desenho, apresentada sob a forma de Desenho Geométrico, Desenho do Natural e Desenho Pedagógico, era considerada mais por seu aspecto funcional do que uma experiência em arte; ou seja, todas as orientações e conhecimentos visavam uma aplicação imediata e a qualificação para o trabalho.

As atividades relacionadas à arte cênica e dança era valorizada e reconhecida somente nas festividades relacionadas às Datas Comemorativas realizadas nas escolas.

Em Música, a tendência tradicionalista teve seu representante máximo no Canto Orfeônico, projeto preparado pelo compositor Heitor Villa-Lobos, na década de 30. Esse projeto constitui referência importante por ter pretendido levar a linguagem musical de maneira consistente e sistemática a todo o País. O Canto Orfeônico⁸ difundia ideias de coletividade e civismo, princípios condizentes com o momento político de então. Entre outras questões, o projeto Villa-Lobos esbarrou em dificuldades práticas na orientação de professores e acabou transformando a aula de música numa teoria musical baseada nos aspectos matemáticos e visuais do código musical com a memorização de peças orfeônicas, que, refletindo a época, eram de caráter folclórico, cívico e de exaltação (Brasil, 1997, p. 27).

Nessa construção histórica entre os anos 1920 e 1970 do século XX foram várias as experiências vivenciadas no interior das escolas brasileiras acerca do ensino e aprendizagem de arte. Aos poucos as aulas de Artes Plásticas e Desenho davam lugar a uma prática de caráter mais expressivo, valorizando a espontaneidade e o progresso artístico dos alunos.

Os PCNs para o ensino de Arte (1997) situam os anos 1920 até a contemporaneidade como um período de várias tentativas para se trabalhar a arte também fora das escolas, além do crescimento de movimentos culturais, anunciando a modernidade e vanguardas. Destacam-se também no final da década de 1960 e anos 1970 os festivais da canção e grandes mobilizações estudantis envolvendo experiências teatrais. Destaca-se também a carência de cursos de formação de professores na área de Arte.

A inserção da Educação Artística em 1971, no currículo escolar foi um avanço, especialmente no que se refere à formação de sujeitos com pensamento renovador, muito embora os professores não estivessem preparados para orientar tal área de conhecimento.

Os professores de Educação Artística, capacitados inicialmente em cursos de curta duração, tinham como única alternativa seguir documentos oficiais (guias curriculares) e livros didáticos em geral, que não explicitavam fundamentos, orientações teórico-metodológicas ou mesmo bibliografias específicas. As próprias faculdades de Educação Artística, criadas especialmente para cobrir o mercado aberto pela lei, não estavam instrumentadas para a formação mais sólida do professor, oferecendo cursos eminentemente técnicos, sem bases conceituais (Brasil, 1997, p. 32).

Somente a partir dos anos 1980 é que se constitui o movimento dos arte-educadores que surge inicialmente com o objetivo de organizar os profissionais dessa área no sentido de ampliar as discussões acerca da valorização e o aprimoramento do professor de Arte. Barbosa (1989) clarifica algumas questões sobre a arte-educação, afirmando que:

Os arte-educadores no Brasil são politicamente muito ativos. A politização dos arte-educadores começou em 1980 na Semana de Arte e Ensino na Universidade de São Paulo a qual reuniu 2.700 arte-educadores em todo o país. Este foi um encontro que enfatizou aspectos políticos através de debates estruturados em pequenos grupos ao redor de problemas preestabelecidos como a imobilização e isolamento do ensino da arte; política educacional para as artes e arte-educação; ação cultural do arte-educador na realidade brasileira; educação de arte-educadores (Barbosa, 1989, p. 173).

A lei n. 9.394/96 é clara quando afirma em seu artigo 26, § 2º que —O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos. Destarte, vale considerar os avanços das propostas para o ensino de Arte e sua contribuição para a formação dos alunos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral os brasileiros têm uma relação estreita com a música e com as diferentes produções tocadas em cada região. Assim, o retorno da música no currículo escolar trouxe a esperança de novas transformações, em que a criatividade, a alegria e a cultura passam a ser elementos presentes na sociedade e de modo especial na escola.

A pesquisa realizada possibilitou a compreensão de que a música na escola abrange questões históricas, cognitivas, conceituais, físicas e sociológicas, servindo como porta de entrada para profundas e fundamentais discussões sobre como oferecer uma educação musical adequada. São muitos os desafios até que se concretize a inserção da música na escola como ferramenta para o desenvolvimento pleno das crianças e dos jovens.

No contexto da organização curricular em nível nacional são várias as instituições que ainda encontram dificuldades para integrar o ensino da música no contexto educacional, dada a sua especificidade. Nessa perspectiva, este estudo veio ao encontro da compreensão da pesquisadora sobre a importância de estudos e vivências sobre a melhor utilização da música, tendo em vista a carência de uma formação consistente que possa dar conta dos desafios pedagógicos inerentes ao ensino da música



em sala de aula.

A música é uma atividade humana que se manifesta no fazer, na prática musical. Sendo assim, a primeira função que pode se atribuir à educação musical é a de inserir os estudantes em contextos musicais pautados em um fazer musical autêntico, artístico e criticamente reflexivo. Diante disso, é possível compreender a necessidade do envolvimento de todos os profissionais da educação, para fortalecer cada vez mais as práticas pedagógicas que possam apresentar a música como um laboratório privilegiado para o desenvolvimento das mais diversas habilidades.

Destarte, refletindo sobre a necessidade em se considerar o universo sonoro/musical do aluno no desenvolvimento de uma educação musical significativa, essa pesquisa considerou a necessidade de propor uma reflexão sobre os vários questionamentos acerca das práticas pedagógicas que possam oportunizar o acesso a novos caminhos em relação ao ensino da música nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Ao final da pesquisa, espera-se poder contribuir com as discussões acerca da presença da música como conteúdo obrigatório na escola. Espera-se também, que este estudo possa servir de referência para novas pesquisas, garantindo e ampliando o campo de trabalho do professor licenciado em Música, ou, daquele que tenha como alvo ser especialista nessa área de conhecimento, garantindo assim que o educando tenha de fato o direito a esse conteúdo descrito no repositório legal.



REFERÊNCIAS

- Brasil, Ministério da Educação (2017). *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC/SEF.
- Brasil. (1997). *Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte*. Brasília: MEC/SEF.
- Brasil. (1996) *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/96*.
- Brasil. (2010) *Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010*. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.
- Brasil. (2016) *Resolução n.196/96. Versão 2016*. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.
- Diniz, L. N. *Música na Educação Infantil: um survey com professoras da rede municipal de ensino de Porto Alegre - RS*. (2005). [Dissertação de Mestrado] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/6006>.
- Jeandot, N. (1993) *Explorando o universo da Música*. São Paulo: Scipione.
- Loureiro, A. M. A. (2001) *O ensino da música na Escola Fundamental: um estudo exploratório*. 241 f. [Dissertação de Mestrado] Curso de Mestrado em Educação, PUC-Minas, Belo Horizonte.
- http://server05.pucminas.br/teses/Educacao_LoureiroAM_1.pdf. Acesso em: 08 out. 2023.
- Mattos, D. P. (2012) *A utilização das Tecnologias nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental: fragilidades e potencialidades*. Universidade Federal de Pelotas-RS. II Simpósio Luso-brasileiro em Estudos da Criança.
- Oliveira, A. de J. (2007) *Ações em formação musical no Brasil e reflexões sobre as relações com a cultura*. Revista da ABEM, Porto Alegre. http://www.abemeducacaomusical.org.br/Masters/revista18/revista18_artigo.
- Penna, M. (2001) *É este o ensino de arte que queremos?* uma análise das propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais. João Pessoa: Editora Universitária.
- Silva, D. G. (2010) *A importância da música no processo de Aprendizagem da criança na Educação Infantil*. [Trabalho de conclusão de curso]. Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- Loureiro, A. M. A. (2001) *O ensino da música na Escola Fundamental: um estudo exploratório*. 241 f. [Dissertação de Mestrado] Curso de Mestrado em Educação, PUC-Minas, Belo Horizonte.
- Soler, K. I. S. (2008) *A música na Educação Infantil: um estudo das EMEIS e EEIS da cidade de Indaiatuba - SP*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo. <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/2a798ece-3116-4573-a7fb-654ca4fe7976/content>.
- Subtil, M. J. D. (2012) *A lei n. 5.692/71 e a obrigatoriedade da educação artística nas escolas: passados quarenta anos, prestando contas ao presente*. Revista Brasileira de História da Educação, v. 12, n. 3[30], p. 125-151. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38815/20333>.
- Teixeira, V. L. M. de O. (2003) *Música no Ensino Fundamental: entre o preconizado pelos parâmetros curriculares nacionais e a prática escola*. 82 f. [Dissertação de Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás, Goiânia, 2003.



<https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/3782/2/VERA%20L%c3%9aCIA%20MACEDO%20DE%20OLIVEIRA%20TEIXEIRA.pdf>